



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA

DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS

CURSO DE GEOGRAFIA

EDER CARLOS RODRIGUES

TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA COMUNIDADE

SATURNINO DE BRITO EM JOÃO PESSOA – PB

JOÃO PESSOA

2014

EDER CARLOS RODRIGUES

**TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA COMUNIDADE
SATURNINO DE BRITO EM JOÃO PESSOA – PB**

Monografia apresentada à Coordenação do Curso
de Geografia da Universidade Federal da Paraíba,
para obtenção do grau de bacharel no curso de
Geografia.

Orientadora: Prof^a Ligia Maria Tavares da Silva

**JOÃO PESSOA
2014**

R696t Rodrigues, Eder Carlos.

*Transformação do espaço urbano na comunidade
Saturnino de Brito em João Pessoa-PB / Eder Carlos
Rodrigues.- João Pessoa, 2014.*

44f. : il.

Orientadora: Ligia Maria Tavares da Silva

Monografia (Graduação) - UFPB/CCEN

EDER CARLOS RODRIGUES

TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA COMUNIDADE

SATURNINO DE BRITO EM JOÃO PESSOA – PB

BANCA EXAMINADORA

Aprovada em: ____/____/2014

Prof^aDr^a Lígia Maria Tavares da Silva.
Orientadora

Prof^a. MS Ana Glória Cornélio Madruga
Examinador

Prof^o. Dr^oUtaiguara da Nóbrega Borges
Examinador

AGRADECIMENTOS

A Deus, acima de tudo, por ter me dado determinação, permitindo a conclusão de mais uma etapa na minha vida.

Aos meus pais, por terem me dado a educação necessária para chegar até aqui.

A minha esposa por me dar força e confiança, além de me ajudar com a pesquisa e colhimento de informações na Caixa Econômica Federal sobre o PAC e o projeto da comunidade.

Ao diretor da secretaria de habitação do município de João Pessoa, por me ceder às informações necessárias para esse feito.

A professora Dr^a Ligia Maria Tavares da Silva, por ter me dado toda orientação necessária, sem a qual não poderia ter concluído esse trabalho.

RESUMO

A paisagem urbana se constitui de diversos elementos na sua forma. Esses elementos interagem gerando transformações que são aceleradas pela ação do homem através de suas práticas sociais excludentes, atingindo diretamente o seu direito de moradia. A falta de condições financeiras de moradia digna faz com que as pessoas procurem áreas de riscos geológico e geotécnico para residir. É nesse ambiente de exclusão que surge o aglomerado subnormal Saturnino de Brito em João Pessoa no Estado da Paraíba, fruto da segregação ditada pela dinâmica do capital. O aglomerado é parte resultante de transformações decorrentes de uma totalidade. A comunidade existe há mais de 50 anos e possui vários problemas decorrentes comuns a um assentamento espontâneo, dentre esses problemas destacam-se os sociais e ambientais. Estes últimos foram primordiais para que a comunidade fosse envolvida no processo de urbanização, em curso. Através de ações do poder público, algumas medidas de planejamento e urbanização, vêm sendo realizadas, como: a retirada de pessoas das áreas mais críticas para o aluguel social, possibilitando a construção de um muro de arrimo para contenção da encosta, sanando o problema da área de risco. Uma característica singular é o fato de a comunidade ter sido relocada para uma área vizinha, mantendo a sua identidade com o local, sendo provida de aparelhos urbanos como ciclovia, residência mais confortável e área de lazer, promovendo, assim, uma melhor qualidade de vida para os moradores.

Palavras-chave: Risco ambiental, Planejamento urbano, Cidade de João Pessoa.

ABSTRACT

The urban landscape is composed of several elements. These elements interact generating transformations in the same space. These changes are accelerated by human actions through its exclusive social practices. Because the people are poor, they look for areas of geological and geotechnical risk to reside. It is in this environment that emerged the community Saturnino de Brito in Joao Pessoa, Paraiba, a result of the segregation dictated by the dynamics of capital. The community exists for over 50 years and covers various issues arising from being a spontaneous settlement. Among these problems, we highlight the social and environmental. Process of urbanization, which is occurring in the present. Through actions triggered by the government, actions of planning and urbanization are: the removal of people from the most critical environmental and the construction of a retaining wall to contain the slope of the risk area. One action of great importance is the fact that the community had been relocated to a nearby area maintaining its identity with the place and, being provided with devices such as urban bike paths, more comfortable residence and, recreation area, which, a better quality of life for residents.

Keywords: Environmental risk, Urban planning, City of João Pessoa.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES, TABELA E GRÁFICOS

Figura 1 – Mapa de localização e situação da área de estudo	19
Figura 2 – Localização do aglomerado entre dois taludes	21
Figura 3 – Localização Linear da comunidade	21
Figura 4 – Mapa de risco.....	24
Figura 5 – Moradia construída colada a encosta	25
Figura 6 – Moradia construída em cima da encosta.....	25
Figura 7– Consequência das chuvas na comunidade.....	26
Figura 8 – Residência de alvenaria.....	26
Figura 9 – Residência de materiais recicláveis.....	27
Figura 10 – Uso da rua como quintal e lazer.....	27
Figura 11– Esgoto estourado	28
Figura 12 – Valor do imóvel local.....	29
Figura 13 – Placa de execução da obra.....	32
Figura 13 – Muro de contenção da encosta	32
Figura 14 – Beneficiários pelo projeto	32
Figura 15– Área de retirada e relocação das famílias	34
Figura 16– Planta da área de relocação	34
Figura 17– Planta de divisão de cômodos	36
Figura 18 – Projeção dos prédios	36
Figura 19– Pista de acesso construída na comunidade atual.....	36
Gráfico1 – Beneficiários pelo projeto	33
Tabela 1 – População de João Pessoa	16

LISTA DE SIGLAS

PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
SEMHAB	Secretaria Municipal de Habitação
BNH	Banco Nacional de Habitação
CODECIPA	Comissão de Defesa Civil do Estado da Paraíba
COMDEC	Coordenaria Municipal de Defesa Civil
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
SEDES	Secretaria de Desenvolvimento Social
MSU	Movimentos sociais urbanos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 METODOLOGIA E TÉCNICAS	11
1.1 Conceituando o Espaço Urbano	11
1.2 Fatores de Formação e Evolução do Espaço Urbano no Brasil.....	14
2 LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA CIDADE DE JOÃO PESSOA E DA COMUNIDADE SATURNINO DE BRITO	19
2.1 O Sítio Urbano da Comunidade Saturnino de Brito	21
2.2 Riscos Ambientais	22
2.3 Deslizamentos	23
2.4 Estrutura Urbana da Comunidade.....	26
3 A TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DA COMUNIDADE SATURNINO DE BRITO.....	30
3.1 Contextualizando o Objeto de Estudo	31
3.2 Relocação da Comunidade	33
3.3 Conflitos e Perspectivas.....	37
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO	
APÊNDICE B - FOTOGRAFIA	

INTRODUÇÃO

O trabalho que foi realizado incidiu em uma análise dos fatores que formaram a comunidade Saturnino de Brito em João Pessoa na Paraíba, compreendendo o seu processo de urbanização, através de um perfil socioespacial.

Neste trabalho, faremos uma abordagem centrada no espaço, tentando compreender os processos socioespaciais que o engendraram. Veremos como os elementos que formam o espaço urbano: o homem, as fábricas e as estruturas sociais que têm como agentes de transformação; o Estado, os agentes imobiliários, os proprietários dos meios de produção e fundiários e os grupos sociais, atuam todos em conjunto para a transformação e evolução do mesmo.

Em um segundo momento, veremos como esses elementos atuam na cidade de João Pessoa, envolvidos na formação e transformação de seu espaço, que com o processo de expansão urbana agravada pelo fenômeno migratório nas décadas de 60 e 70, favoreceu ao crescimento acentuado da população. A compreensão dessas transformações na cidadenos dará a noção de como o nosso objeto de estudo tornou-se um aglomerado subnormal.

Esse crescimento desordenado da população trouxe também grandes mudanças referentes à moradia, pois, sem terem onde instalar-se, passaram a ocupar áreassem nenhuma infraestrutura. Na condição de aglomerado subnormal,¹ a comunidade Saturnino de Brito apresentam muitos problemas decorrentes da ocupação irregular da área. Faremos uma análise dos principais problemas entre eles, à ocupação em área de risco ambiental.

Para montar um perfil de comparação, verificamos a situação estrutural, urbanística e social atual da comunidade para posteriormente compararmos com o projeto de urbanização futuro na qual a comunidade já vem sendo inserida.

Em 2013, com verba aprovada com o programa de aceleração do crescimento (PAC), e ação conjunta com o governo municipal, a comunidade entra em um processo de urbanização. É aqui que o Estado, agente e ente regulador atuante, fará valer os direitos constitucionais do indivíduo, que proporcionará aos moradores desta região uma condição de vida mais digna do que eles possuem atualmente.

¹ Aglomerado subnormalé um termo utilizado pelo IBGE para designar um conjunto constituído por no mínimo 51 unidades habitacionais (casas, barracos etc.), ocupando ou tendo ocupado até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostas, em geral, de forma desordenada e densa; carentes, em sua maioria, de serviços públicos e essenciais.

Por fim, observamos que existem conflitos e resistência por parte da comunidade a serem analisados neste estudo.

1 METODOLOGIA E TÉCNICAS

Para realizar esse estudo, usou-se a metodologia qualitativa e quantitativa para a compreensão e análise dos fatos em transcorrência. O método usado foi o indutivo, pois, através de algumas premissas pôde-se estabelecer algumas hipóteses de estudo como: a transformação da região em si, a projeção das novas moradias e melhoria de infraestrutura.

A pesquisa foi firmada em visitas periódicas a comunidade Saturnino de Brito, no intuito de fazer observações em etapas distintas de sua transformação urbana, entrevistou-se os moradores para montar uma noção do perfil residencial, e socioeconômico da comunidade, a visão acerca da urbanização em curso. Um levantamento foi feito no Google Earth e utilizados outros mapas para demonstração de localização do objeto em estudo.

Para demonstração da problemática local foi utilizada a técnica da fotografia, na qual, algumas foram conseguidas com o engenheiro e o arquiteto responsáveis pela obra de urbanização. Pesquisas aos sites oficiais como IBGE e Prefeitura municipal de João Pessoa, foram de grande importância para anexar informações confiáveis ao trabalho. Na parte da obra de relocação da comunidade, foram realizadas entrevistas ao arquiteto, Sr. Marcos David Santiago da Caixa Econômica Federal, e o diretor de planejamento da SEMHAB de João Pessoa, o senhor Pascal, responsável pela parte urbanística do projeto.

No entanto, foi com a parte do referencial teórico que conseguiu-se a estrutura norteadora para o andamento desse estudo. Nessa construção foram usadas literaturas referentes ao tema como, jornais, monografias e referencial bibliográfico pertinentes. Nesse trabalho não se fez necessário a análise minuciosa de cada elemento atuante na formação do espaço geográfico em estudo, pois, o objetivo está centrado em compreender como os elementos do espaço urbano interagem proporcionando transformações na dinâmica daquela realidade.

1.1 CONCEITUANDO O ESPAÇO URBANO

A escolha pelo presente tema se deu pelo fato da questão urbana está em constante metamorfose, modificando o espaço geográfico de acordo com as necessidades do homem. Mas, o interesse maior pelo tema, está no fato do autor desse trabalho residir na comunidade Saturnino de Brito em João Pessoa na Paraíba, há mais de 25 anos, portanto,

convivendo com todas as etapas nas quais a comunidade, considerada aglomerado subnormal, sofreu e vem sofrendo ao longo de sua existência.

Com o objetivo de compreender como surgiu o espaço urbano da comunidade Saturnino de Brito, relacionando seu perfil socioespacial com o processo de urbanização em andamento, se faz jus a análise dos fatores condicionantes desse processo. Segundo Milton Santos (1985), para se compreender os espaços é preciso seguir algumas categorias de análise, que objetivam decompor e recompor a totalidade, nas perspectivas sincrônicas (captando sua participação na totalidade) e diacrônica (objetiva investigar a evolução da estrutura que se metamorfoseia no seu todo ou em partes). De acordo com o autor as categorias: forma, função, estrutura e processos são esteios do método de interpretação do espaço.

A forma refere-se ao aspecto visível a paisagem, que expressa concretude. Já o estudo da função pretende decompor o espaço para analisar os elementos de: infraestrutura, serviços, gestão, entre outros. A estrutura espacial pretende expressar a dependência mútua entre as partes do todo, ou seja, a funcionalidade espacial. E Por último o processo, que procura o dinamismo do espaço que pode apresentar fases de estabilidade, de pequenas mudanças ao se reestruturar, ou então, passar por completas transformações, produzindo-se novos espaços.

Para entendermos a dinâmica desse objeto de estudo, precisamos compreender como os elementos do espaço estão estruturados e como interagem entre si. Os elementos do espaço seriam o seguinte: os homens, as firmas, as instituições, o chamado meio ecológico e as infraestruturas (SANTOS, 1985, p. 6).

Assim, os homens são elementos do espaço, seja na qualidade de fornecedores de trabalho, seja na de candidatos a isso, trate-se de jovens, de desempregados ou empregados. No entanto, mesmo os que não participam ativamente da produção, fazem parte da produção desse espaço, pois, pelo simples fato de estarem no lugar já demanda um certo tipo de trabalho para os outros. As firmas têm como função essencial a produção de bens, serviços e ideias. As instituições por seu turno produzem normas, ordens e legitimações. O meio ecológico é o conjunto de complexos territoriais que constituem a base física do trabalho humano. “As infraestruturas são o trabalho humano materializado e geografizado na forma de casas, plantações, caminhos” (SANTOS, 1985, p.6).

Os elementos da formação socioespacial em uma cidade correspondem, portanto, a uma relação dialética (contraditória e complementar) entre as práticas efetivadas pelos

grupos sociais e a própria influência dos elementos econômicos, políticos, e ideológicos que se apresentam a esta realidade, embora conduzam a sua existência (SOUZA JÚNIOR, 2012, p. 67).

Ainda para CORRÊA *apud* CARLOS 2011, p.53:

A produção do espaço,...É consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de condições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade.

Portanto, todo espaço segundo Corrêa, tem como agentes sociais de produção praticamente os mesmos elementos: os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. Nesse sentido, todos atuam para produzir o espaço, impregnando de materialidades, como campos cultivados, estradas, represas e centros urbanos com ruas, bairros, áreas comerciais e fabris, mas também pleno de significados diversos, como aqueles associados a estética, status, etnicidade e sacralidade.

Todos esses elementos e agentes de composição do espaço se realizam na cidade. A cidade é o local onde são produzidos, comercializados e consumidos bens, onde as pessoas se organizam e interagem com base em seus interesses. É nesse espaço onde se dão os maiores problemas da humanidade, dentre eles podemos citar a pobreza, que não é exclusividade das cidades. Contudo, a pobreza urbana se reveste de particularidades, entre elas as favelas, onde a sobrevivências se torna bastante difícil (COSTA, 2008).

Entretanto, todos esses elementos de formação e agentes, interagem no espaço, conduzindo à formação da paisagem urbana. Sobre paisagem urbana ressalta Carlos(2008.p 43):

Como forma de manifestação do urbano, a paisagem urbana tende a revelar uma dimensão necessária da produção espacial, o que implica ir além da aparência; nesse contexto, a análise já introduziria os elementos da discussão do urbano como processo.

Tudo que nós vemos na paisagem urbana é fruto dos diversos processos em que esse espaço foi submetido. A apreensão e compreensão de determinado fenômeno, coloca-se como movimento da totalidade, em suas determinações específicas.

1.2 FATORES DE FORMAÇÃO E EVOLUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NO BRASIL

O Brasil vivenciava o início de seu processo de industrialização em 1930 com as reformas econômicas implantadas por Getúlio Vargas, mas foi em 1964 com a vitória dos militares no golpe que foram adotadas medidas econômicas ainda mais fortes associadas a o capitalismo mundial e dele dependente. Esses militares aceleraram o crescimento econômico levando o país há um processo de urbanização de ritmo frenético associado ao crescimento industrial dos grandes centros urbanos.

João Pessoa por fazer parte desse todo, também acontece o mesmo, o setor secundário passa a ter destaque a partir da implantação do distrito industrial, na década de 60, com a implementação de uma estratégia com grandes investimentos de infraestrutura e incentivos fiscais, segundo a política da superintendência do desenvolvimento do nordeste (SUDENE), afirma Lima(2012).

Nas cidades brasileiras, a urbanização está relacionada a três momentos históricos de organização territorial da América Latina: o primeiro indo até o início do segundo período da segunda fase da revolução industrial; o segundo indo até o fim da segunda guerra mundial; e o terceiro que ocorria até o período atual, conforme evidenciado por Santos (2005, p. 89). Já em João Pessoa, tem-se, assim, uma fase pouco urbanizada pautada nas relações de exportação com Europa; uma segunda fase influenciada pelo modelo urbanístico americano (cidades funcionais) segundo as quais se evidencia uma formação espacial planejada e, finalmente, uma terceira, mas atual e complexa, na qual se superpõem o controle do poder público e a progressiva participação de outros sujeitos sociais, os MSUs (Movimentos Sociais Urbanos).

Os MSUs têm grande importância nessa dinâmica do espaço urbano, tendo em vista que eles colocam em xeque as formas de produção e apropriação da riqueza, formas de elitismo e mandonismo presentes nas relações e nas estruturas de poder e de reprodução espacial.

Santos, 2005 *apud* SOUZA JÚNIOR, 2012, p.68, diz que:

A cada movimento social, possibilitado pelo processo de divisão do trabalho, uma nova geografia se estabelece, seja pela criação de novas formas para atender a novas funções, seja pela alteração funcional das formas já existentes. Daí a estreita relação entre a divisão social do trabalho, responsável pelos movimentos da sociedade, e a sua repartição espacial. A divisão interna do trabalho nos mostra o movimento da sociedade, a criação e os reclamos de novas funções são abrigados pelas formas preexistentes ou novas.

Assim, esses importantes atores no processo de estruturação e reestruturação do espaço urbano, fizeram e fazem grande pressão para que os problemas decorrentes do inchaço, causado pelo crescente aumento da população, tenha um olhar diferenciado pelos administradores públicos.

Em decorrência do aumento significativo da pobreza, devido ao aumento do número de imigrantes oriundos do interior do estado, assim como a falta de emprego, as condições de vida começaram a se configurar como umas das principais preocupações dos administradores públicos. Esses administradores, foram pressionados pelas pessoas de melhor situação econômica, pois, os hábitos e condutas, não mais possibilitavam a convivência com os mais pobres.

Em João Pessoa, foi com a abertura da Avenida Eptácio Pessoa, e,consequentemente, a criação de bairros como: Miramar, Bairro dos estados, Tambauzinho, Cabo Branco, entre outros, que ficaram ocupados pela população com melhor poder aquisitivo. Já, os bairros localizados no centro passaram a servir de moradia para os comerciantes e para a população de menor poder aquisitivo. Fica evidenciado o primeiro processo de segregação espacial, uma vez que pobres e ricos passaram a ter uma separação espacial bem definida.

Assim, é a partir desse processo de exclusão que aparece na cidade de João Pessoa, os aglomerados subnormais, frutos da realidade que o País vinha sofrendo com a industrialização, e,consequentemente a urbanização imposta pela dinâmica do sistema capitalista, como éo caso da comunidade Saturnino de Brito, nosso objeto de estudo.

O processo de expansão na cidade de João pessoa, tomou maior impulso por volta da década de 1960, tendo como responsáveis primeiramente o Estado e depois os agentes imobiliários, conforme aconteceu em diversas cidades do país. Como consequência, teve-se gradativamente o crescimento populacional da cidade, principalmente nas décadas de 1960 e 1970, com o fenômeno migratório que foi acentuado em nível nacional. Nesse período, registrou-se o aumento significativo da sua população. De fato, segundo dados do IBGE entre 1970 e 2010, a população de João Pessoa triplicou e, consequentemente, o padrão de crescimento resultante do seu processo de urbanização se acelerou fortemente nessas últimas décadas de forma intensa e desigual, como se visualiza na tabela 1.

Tabela 1 – População de João Pessoa.

Ano	1970	1980	1990	2000	2007	2010
Urbana	213.569	326.582	497.600	597.934	673.832	720.785
Rural	7.977	3.360				2.730
Total	221.546	329.942	497.600	597.934	673.832	719.737

Fonte: Plano municipal de conservação da mata atlântica.

http://issuu.com/pmjp-online/docs/seman_mata_atlantica?e=3962434/2805617

Esse aumento populacional resultou em uma aglomeração da população nos centros urbanos provocando mudanças drásticas na cidade, no diz respeito à moradia. Na ausência de um planejamento urbano eficiente, especialmente quando há descaso do poder municipal, facilita a ocupação em áreas inadequadas, sem nenhuma infraestrutura e susceptíveis a desastres relacionados a fenômenos naturais (LIMA, 2012).

Os problemas das áreas de desastres nas cidades brasileiras, principalmente aqueles de caráter geológico, como deslizamento de terras e caráter hidro meteorológico, como inundações, estão relacionados a fatores como, a crise econômica e social; política habitacional para população de baixa renda ineficiente, ineficácia no controle do uso e ocupação do solo, inexistência de legislação adequada para as áreas de risco dentre outros. Os desastres que ocorrem nessas áreas, ditos como naturais, afetam muito a população de João Pessoa, principalmente no período chuvoso.

Todo esse aumento da população trouxe um grande problema que assola todo o país, a favelização. A favela cresce através do imigrante, do homem do campo, porque na roça não dá mais pra viver, muitos são expulsos das terras, as áreas de agricultura são transformadas em pastagens, os baixos salários não dá pra pagar o aluguel. A favela cresce também através da mentira, sim, a mentira dos meios de comunicação ao pregar a fartura e o grande número de empregos da cidade.

O termo favela, ainda se usa para definir essa forma de estrutura urbana, sendo sinônimo de aglomerado subnormal. De acordo com o IBGE, Favela diz respeito a um aglomerado de pelo menos cinquenta domicílios, na sua maioria carentes de infraestrutura e localizados em terrenos não pertencentes aos moradores. Mas, o que diferencia a favela dos outros locais de moradias, também sem infraestrutura é a natureza da ocupação das terras. A favela se constitui numa ocupação ilegal, terra sem uso, em geral do poder público que são ocupadas por família sem terras e sem teto (RODRIGUES, 1988).

Segundo dados do IBGE, a maioria da população favelada mora nas regiões metropolitanas, o que serve de um primeiro demonstrativo de que a chamada crise habitacional está concentrada onde também se concentra a produção. É nesse lugar que se concentra o maior índice de riqueza e pobreza, porque sem dúvida, nas grandes cidades o preço da terra é mais elevado, o que torna o acesso de uma grande parcela dos moradores a casa (RODRIGUES, 1988, p.36).

A maior parte das favelas ocupa terras públicas da União, Estado ou Município. Em geral, as ocupações ocorrem nas áreas verdes dos loteamentos. Pela legislação em vigor os loteadores são obrigados a deixar 15 % da gleba total para serem utilizadas como áreas verdes. Na maior parte das vezes são locais de maior declividade, as mais insalubres, o que explica porque as favelas ocupam as piores terras, e que deixam seus moradores expostos ao risco de perder seu barraco ou até mesmo suas vidas (RODRIGUES, 1988).

Assim, como os moradores não são proprietário das terras que ocupam, a casa ou barraco, em geral, propriedade do morador, mas propriedade refere-se somente a edificação, que tanto pode ter sido comprada, ou pode ter sido construída pelo próprio indivíduo, através do processo de autoconstrução. Nesse processo, cada morador adquire um espaço em determinada área e começa o lento e penoso processo de construção de sua moradia que pode levar muitos anos.

Contudo, todas essas dificuldades, poderiam ser minimizadas se o direito fundamental do cidadão fosse respeitado, direito esse previsto na constituição federal, O artigo 6º da Constituição brasileira, diz que, são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Em agosto de 1964, com a lei 4.380 é instituído o (BNH) Banco Nacional de Habitação e o Sistema Federal de Habitação, com os objetivos de coordenar a política de habitação dos órgãos públicos e orientar a iniciativa privada, estimulando a construção de moradias populares: financiar a aquisição da casa própria, melhoria do padrão de vida habitacional e do ambiente; eliminar favelas; aumentar o investimento na indústria de construção e estimular a poupança privada e o investimento (RODRIGUES, 1998). Com o fim do BNH, ocorrido em 1985, a Caixa Econômica Federal assumi esse papel.

Desta forma a Constituição brasileira de 1988 conferiu aos municípios a oportunidade de avançar na condução de seu planejamento e gestão, a partir da disposição de planos diretores estabelecidos por leis orgânicas próprias e aprovados pela câmara municipal, inserindo medidas para a inserção de políticas públicas para construção de

moradias. O Estatuto da Cidade de 2001 estabelece as diretrizes gerais da política urbana, estabelece regras ao desenvolvimento dos espaços urbanos e urbanizáveis, sistematizou um conjunto de princípios que já se delineavam no texto constitucional.

2 LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA CIDADE DE JOÃO PESSOA E COMUNIDADE SATURNINO DE BRITO.

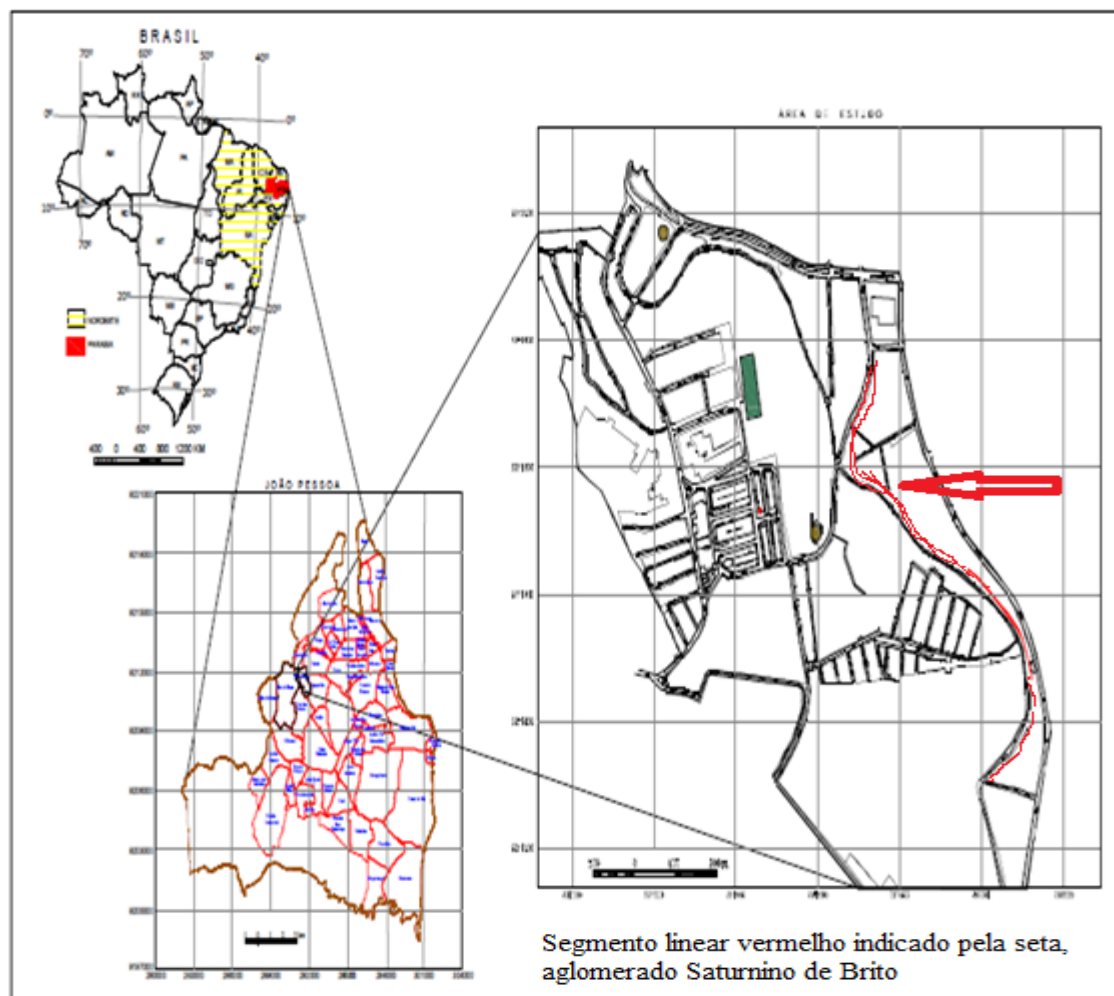


Figura 1 – Mapa de localização e situação da área de estudo, modificado por Eder C. Rodrigues
 Fonte: Monografia, Teixeira, 2008, p.64.

A figura 1, mostra o mapa ilustrativo para se ter a noção da localização da comunidade Saturnino de Brito em sua totalidade.

O município de João Pessoa está localizado na região fisiográfica do litoral, mais precisamente na microrregião de João Pessoa. Limita-se ao norte com o município de Cabedelo (18 km); ao Sul com o município do Conde (13 km); a oeste com os municípios de Bayeux (6km) e Santa Rita (12 km); e a leste com o oceano Atlântico, apresenta uma área de 211, 474 km² (IBGE, 2010), e tem seu espaço territorial definido pelas coordenadas geográficas 07° 10' S de latitude e 34°50' W de longitude. Devido à sua posição geográfica privilegiada a cidade encontra-se no extremo leste do território brasileiro.

A cidade de João Pessoa historicamente foi instalada entre o rio Sanhauá e o Oceano Atlântico, estabelecendo-se defronte para o rio e de costas para o mar. No entanto, no lado do mar as enseadas contém uma planície costeira com pequena extensão, e a cidade cresceu da margem direita do estuário do rio em direção à costa.

Seu processo de ocupação deu-se inicialmente a partir do momento em que o governo colonial sentiu-se pressionado pelas fortes incursões empreendidas por invasores em busca do pau-brasil. Os franceses, por exemplo, foram os principais invasores a tentarem se apossar do patrimônio da capitania de Itamaracá, hoje Paraíba. Para efetivar uma pequena população no local o governo instala engenhos de açúcar e constrói o porto na margem direita do rio Sanhauá, afluente que deságua juntamente com o rio Mandacaru nos manguezais do estuário do rio Paraíba (TEIXEIRA, 2008).

A cidade está firmada sobre a formação litológica caracterizada pela predominância de rochas sedimentares que datam o cretáceo ao Holoceno, com relevo constituído pelos baixos planaltos costeiros e tabuleiros. Esses tabuleiros avançam em direção na direção leste originando as falésias ativas e inativas e estão moldados sobre os sedimentos do grupo Barreiras (TEIXEIRA, 2008).

Assim, a comunidade aqui estudada, encontra-se justamente entre a área de planície e a encosta do planalto sedimentar na borda do relevo tabular sobre a estrutura de sedimentos variegados do Pleistoceno denominado geologicamente de Grupo Barreiras. Essa área por ser uma encosta íngreme é de interesse ecológico e zona de preservação ambiental determinada pelo artigo 225 da constituição do estado da Paraíba e pelo plano diretor da cidade.

No Artigo 225 diz que, Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para os presentes e futuras gerações. Nesse contexto entra a comunidade Saturnino de Brito indicada pela seta vermelha, como se pode observar na figura 2, a sua localização entre dois taludes a coloca em situação de risco ambiental geológico.



Figura 2– Localização do aglomerado entre dois taludes.

Foto:Teixeira, 2008.

2.1 O SÍTIO URBANO DA COMUNIDADE SATURNINO DE BRITO



Figura 3 – Localização linear da comunidade.

Fonte:Google Earth, março, 2013.

Na figura 3, observa-se a demonstração linear em vermelho da comunidade em estudo. O aglomerado Subnormal Saturnino de Brito possui uma área de 4,8 hectares, composta de 378 domicílios somando uma população estimada de 1.291 habitantes, a mesma está localizada entre os bairros de Jaguaribe, Varadouro, Cruz das Armas e ilha do

Bispo e fica entre dois taludes, caracteriza-se pela configuração espacial linear e pela ocupação desordenada dos topos e bases dos taludes. O surgimento desses dois taludes foi proporcionado pela topografia favorável, já que o local consistia em um berma do talude cortada para a implantação do emissário de esgotos projetados e implantado no início do século XX, pelo Engenheiro Saturnino de Brito (TEIXEIRA, 2008,p.74).

É, portanto, considerado um dos primeiros aglomerados subnormais da cidade de João Pessoa. De acordo com entrevistas feitas a moradores que residem a mais de 50 anos, período que comprova a ocupação desses locais pelo crescimento da industrialização, a área era toda coberta por diversos tipos de vegetações, que variavam entre espécies nativas da mata atlântica e frutíferas. As primeiras pessoas a ocuparem o local, vieram principalmente do interior da Paraíba, por isso, observa-se a identidade forte dos costumes de origem, com a criação de animais como: porcos, vacas e galinhas.

Os processos de urbanização e industrialização tem tido um papel fundamental nos danos ambientais ocorridos nas cidades. O rápido crescimento causa uma pressão significativa sobre o meio físico urbano, tendo as consequências mais variadas, tais como: desmatamento, poluição atmosférica, do solo e das águas, deslizamentos, movimento de massa, inundações e enchentes. O crescimento rápido e desordenado que tem ocorrido em muitas cidades, em especial nos países em desenvolvimento, é o grande responsável pelas transformações ambientais, descaracterizando, muitas vezes, o meio físico original, antes de haver a ocupação humana.

Na medida em que as árvores são cortadas, ruas são asfaltadas, casas e prédios são construídos, encostas são impermeabilizadas, rios são canalizados e retificados, ocorre toda uma série de respostas geomorfológicas, típicas das cidades grandes como já foi citado anteriormente, movimento de massa e as enchentes, que acontecem com frequência, muitas vezes não sendo necessários totais pluviométricos elevados para que esses processos ocorram (MARÇAL, 2006. p.29).

2.2 RISCOS AMBIENTAIS

Na natureza, existem processos ou fenômenos naturais que ocorrem na biosfera e podem resultar em danos. Podem ser classificados de acordo com sua origem: geológicos, hidro meteorológicos ou biológicos. Os riscos de desastres relacionados a fenômenos naturais são construídos socialmente. O homem, em sociedade, age sobre o ambiente de forma inadequada, provocando situações e maximizando a possibilidade dos desastres. A

magnitude do desastre depende do risco que está sendo construído e das vulnerabilidades humanas e de suas estruturas. Os riscos são construídos a partir de uma situação perigosa que ameaça de acontecer uma catástrofe. Os desastres pressupõem a ocorrência de dois fatores: a ameaça de uma situação e a vulnerabilidade das pessoas e dos bens. A ameaça refere-se à possibilidade da ocorrência de um evento físico capaz de ocasionar danos como terremotos, ciclones, inundações etc. A vulnerabilidade, por sua vez, refere-se à possibilidade de uma sociedade ou de um grupo social para sofrer danos a partir da ocorrência do evento físico (TEIXEIRA, 2008).

Geralmente os desastres são súbitos, capazes de produzir prejuízos adversos para a população afetada. A magnitude dos desastres depende ainda do sistema de alerta e das medidas de prevenção, mitigação e das vulnerabilidades. A cidade de João Pessoa enfrenta essa problemática, devido o adensamento populacional nas áreas mais vulneráveis que são as encostas e áreas ribeirinhas, principalmente nos períodos mais chuvosos de maio a setembro.

A comunidade aqui estudada apresenta como problemática principal a grande instabilidade e altura da encosta em relação a moradia. Nesse aspecto, a cada chuva no período de inverno, famílias são castigadas por terem suas casas atingidas pelo escorregamento da encosta, pondo em risco as vidas de suas famílias.

2.3 DESLIZAMENTOS

O principal tipo de desastre que ocorre na comunidade é o deslizamento, esse é um fenômeno provocado pelo escorregamento de materiais sólidos, como solos, rochas, vegetação e materiais de construção ao longo de terrenos inclinados, denominados de encostas, pendentes ou escarpas.

Esses deslizamentos podem ocorrer em qualquer área de alta declividade. Na encosta da comunidade, o risco é bem maior, pois, os moradores retiram a vegetação que cobre a mesma, propiciando o contato direto da água da chuva e consequentemente erodindo-a com mais rapidez. Em alguns locais, observa-se tipos de vegetação de grande porte em cima do talude que pode ser bastante perigoso, porque, também forçará a encosta frágil com seu peso, principalmente em dias de vento forte. O grupo barreiras na qual a comunidade está inserida é composto por sedimentos arenosos, mal selecionados, com baixa maturidade textural e mineralógica apresentando uma coloração roxa argilosa, ou seja, é um solo instável com alta porosidade.

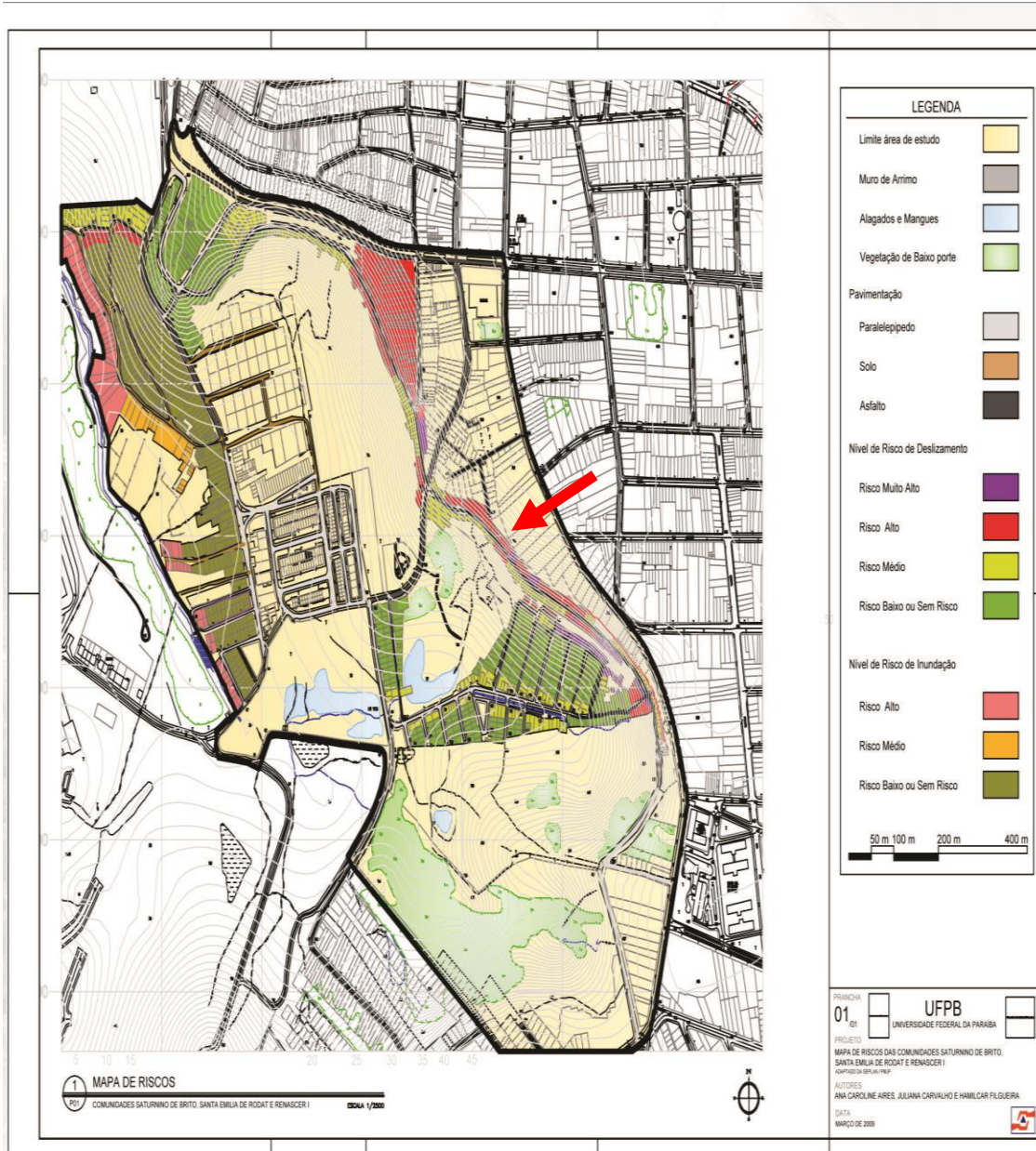


Figura 4— Mapa de risco das comunidades Santa Emília de Rodat, Renascer e Saturnino de Brito. Fonte: TEIXEIRA, 2008.

Na figura 4, um mapa de três áreas de riscos que envolvem a comunidade Santa Emília de Rodat, Renascer e a comunidade Saturnino de Brito, destacada pela seta vermelha, observa-se pela área vermelha e azul escuro da legenda, que ela está na escala de alto risco e risco muito alto de deslizamento de massa. Desse modo, essas áreas de maiores riscos seriam as primeiras a serem incluídas em um projeto de intervenção para a melhoria na infraestrutura.



Figura 5 – Moradia construída colada a encosta.
Fonte:EderC. Rodrigues, Setembro,2013.



Figura6 – Moradia em cima da encosta.
Fonte:EderC.Rodrigues, setembro, 2013.

A cada ano são registrados nos noticiários inúmeros acidentes causados pelas chuvas mais intensas ou prolongadas revelando a existência de várias áreas de riscos em vários municípios brasileiros como São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Recife, João Pessoa entre outras. As ocupações espontâneas em áreas inadequadas geralmente são caracterizadas por serem de baixa qualidade em termos de infraestrutura, onde os serviços à população são insuficientes e com padrão de habitabilidade das moradias com nível elevado de degradação social.

Por todos esses fatores, nessa época de chuvas os moradores e a defesa civil ficam em alerta para o possível desalojamento das moradias com previsão de risco de desabamento sob elas. A defesa civil é um órgão encarregado de providência um conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e reconstrutivas destinadas a evitar ou minimizar os desastres naturais e os incidentes tecnológicos, preservando o moral da população e reestabelecer a normalidade social (Wikipédia).

Na Paraíba, a defesa civil foi instituída em 1973 com o decreto n 5.878, de 30.07.1973 que criar a Comissão de Defesa Civil do Estado da Paraíba (CODECIPA) e a partir desse cria-se a COMDEC, coordenadoria Municipal de Defesa Civil da cidade de João Pessoa. Dessa forma a principal atribuição da COMDEC/João Pessoa é conhecer e identificar os riscos de desastres no município, para que a partir deste conhecimento seja possível preparar-se para enfrentá-los, com a elaboração de planos específicos. A defesa civil tenta evitar e auxiliar os moradores antes que algo pior aconteça, em situações como observada na figura 7,



Figura 7 – Consequência das chuvas na comunidade.

Fonte: Jornal local correio da Paraíba, abril 2013.

2.4 ESTRUTURA URBANA DA COMUNIDADE

Hoje, no tocante à tipologia das construções domiciliares do aglomerado foi verificada que a maioria é de alvenaria, existindo poucos domicílios de taipa predominando o tipo residencial com ocorrência de pequenos estabelecimentos comerciais. A comunidade possui uma diversidade no porte das moradias verificadas pela variação de renda das famílias que oscilam entre três salários mínimos e outras que vivem de coleta materiais recicláveis e como também de valores recebidos de programas de assistência social do governo federais.



Figura 8 – Residência de alvenaria.

Fonte: Eder, C, Rodrigues 2013.

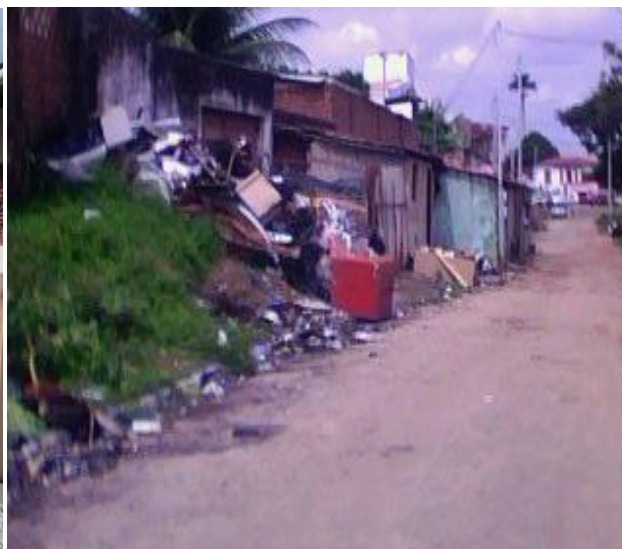


Figura 9 – Residência de materiais recicláveis.

Fonte: Eder, C, Rodrigues 2013.

Como observa-se nas figuras 8 e 9, a rua é calçada, porém, muito estreita dificultando o acesso de mais de um automóvel ao mesmo tempo. Devido ao estreitamento, é dificultoso também o acesso dos serviços públicos como; o caminhão da coleta de lixo, os carros da companhia de energia e água, assim como, o trânsito de pedestre que disputa o espaço da rua com os automóveis. A comunidade também não possui espaço de lazer, como se observa na figura 10, e consequentemente as crianças que ali residem acabam brincando na rua também.



Figura 10 -Uso da via como quintal e lazer.

Foto: Odete Teixeira, 2008.

O processo de ocupação foi o de autoconstrução, pois, cada morador ao se estabelecer construiu seu barraco da forma que podia, através de armação de parede de barro, madeira e teto de palha, denominada de taipa. Ao construir suas moradias, surgiu o problema da insalubridade, pois, os dejetos das casas eram despejados em canaletas a céu aberto no meio da rua, ocasionando o aparecimento de roedores e diversos tipos de doenças. No decorrer dos anos, com algumas obras de infraestrutura, o esgoto foi canalizado, água e energia foram instaladas, tornando a vida dos moradores menos sofrida. Porém, o sistema de esgotamento instalado é insuficiente e com o entupimento do acesso das águas pluviais, o esgoto sempre dá retorno principalmente em épocas de chuvas como observada na figura 11, indicada pela seta vermelha.



Figura 11 – Esgoto estourado.
Fonte: Eder, C. Rodrigues, 2013.

Um dos aspectos da localização dessa comunidade é o valor que a terra urbana apresenta. No urbano, a terra deixa de ser um instrumento de produção imediata, um bem da natureza, como o é no campo e ganha um novo valor, a partir de espaços construídos. Nesse sentido, a terra-espaço passa a ser definida em função das articulações com a totalidade do espaço, associada à ideia de valor pela sua localização determinada pela produção espacial geral, ou seja, quanto melhor esta terra tiver aparelhada com serviços, maior será o seu valor. No caso da Saturnino de Brito, a desvalorização está concentrada na ilegalidade da terra(CARLOS, 2011).

Como a ocupação configura-se um assentamento informal, ou seja, o proprietário não tem a posse legal do uso e ocupação do solo, a comercialização das residências é feita apenas através de contrato de compra e venda passada de um proprietário para outro em cartório. Outra característica são os valores das residências, que por estarem em área de risco geológico, apresentam valores comerciais muito abaixo do mercado, como observa-se na figura 12.



ESCRITURA PARTICULAR

R\$8.000.00

Termo de compromisso de compra e venda entre as partes. Ao dia vinte e nove do mês de Outubro ano dois mil e doze (29/10/2012) nesta capital. Eu, **Benedito Lima de Souza**, Brasileiro, maior, solteiro, aposentado, RG **94.388 2º v. SSP/PB**, residente e domiciliado nesta capital. Declaro que recebi a importância de R\$ 8.000.00 (oito mil reais). Sendo pago em dinheiro e referente a compra e venda de um imóvel situado à **Avenida Saturnino de Brito, Nº 1838, bairro Varadouro**, nesta capital.

Importância está recebida do **Sr. Eder Carlos Rodrigues**, Brasileiro, maior, Solteiro, Consultor óptico, portador do **RG.2850013 SSP/PB** residente e domiciliado nesta capital.

Declarando ainda que transfiro para o comprador, direito, posse e domínio a que tinha direito. Na Cláusula irrevogável e irrevogável sem prestação de conta, por ser em causa própria.

Do que para constar aceitamos, outorgamos e assinamos a presente **ESCRITURA DE POSSE/CONTRATO DE COMPRA E VENDA**, na presença de testemunha idônea.

João Pessoa, 29 de outubro de 2012

VENDEDOR: Benedito Lima de Souza

COMPRADOR: Eder Carlos Rodrigues

TESTEMUNHA: José Carlos

Notário Público
João Francisco de Silva
2º Tabelião de Notas e Cartas
João Pessoa, 29/10/2012. 19.10.2012
Assinatura do Notário

Figura 12 – Valor do imóvel local.

Fonte: EderC. Rodrigues, 2014.

A figura 12, indicada pela seta vermelha, destaca um contrato de compra e venda de um imóvel, e a desvalorização imobiliária nessa comunidade. Essa desvalorização, nada mais é do que a visão segregada do uso e ocupação do solo ligada a momentos particulares do processo de produção das relações capitalistas é o modo de ocupação de determinado lugar da cidade, a partir da necessidade de realização de determinada ação, seja a de produzir, consumir, habitar ou viver. Esse uso do solo será disputado por vários segmentos da sociedade de forma diferenciada gerando conflitos entre indivíduos e usos (CARLOS, 2008).

3 A TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DA COMUNIDADE SATURNINO DE BRITO

O processo de produção e reprodução do espaço que está fundado nas relações de trabalho entre os homens e a natureza, coloca-se em uma relação que deve ser entendida em suas várias determinações: econômica, política, social, ideológica e jurídica. Mas, o principal agente transformador é o Estado.

O Estado capitalista desempenha múltiplos papéis em relação à produção do espaço e sua transformação. Essa multiplicidade decorre do fato de o Estado constituir uma arena na qual diferentes interesses e conflitos se enfrentam. É função do Estado estabelecer o marco jurídico de produção e uso do espaço, taxar a propriedade fundiária, as edificações, o uso da terra e as atividades produtivas, produzir condições de produção para outros agentes sociais, torna-se promotor imobiliário e produtor industrial. Nesse sentido, o Estado entra como ente regulador, ou seja, fará estudos e planos de regulamentação de áreas e assentamentos informais (ALFONSIN, *et al*, 2002).

Como já vimos, os assentamentos informais e a consequente falta de segurança da posse, vulnerabilidade política e baixa qualidade de vida para os ocupantes, resultam do padrão excludente dos processos de desenvolvimento, planejamento, legislação e gestão das áreas urbanas. Mercados de terras especulativos e sistemas político elitistas não têm oferecido condições suficientes e adequadas de acesso à terra urbana e à moradia para os pobres, provocando assim a ocupação irregular e inadequada.

No entanto, um plano de regularização promovido pelo Estado, envolve a identificação dos principais tipos de assentamentos irregulares e suas ocorrências na cidade para dar suporte à elaboração do projeto. Uma das principais características destas ocupações é a insegurança jurídica dos ocupantes, em razão da possibilidade de conflito fundiário, e a ameaça concreta de expulsão com base nas ações judiciais de reintegração de posse. Outra característica desta ocupação é a existência de um parcelamento, uso e ocupação do solo informal que não se enquadra nas normas das legislações de uso e ocupação do solo nem na legislação ambiental (ALFONSIN, *et al*, 2002).

A urbanização de favelas de determinada cidade ou região deve resolver os problemas urbanísticos e ambientais e possibilitar condições sanitárias, de conforto e de segurança.

No caso de assentamentos irregulares, em área de risco, a prefeitura precisa mapear e estudar essas áreas, levantando e conhecendo de perto os problemas. É necessário

definir os diferentes graus de risco das diferentes ocupações, promovendo-se programas para controlá-los.

Algumas áreas de risco podem receber obras que procurem eliminá-lo, como é o caso dos programas de contenção de encostas. Quando, ao contrário e em último caso, a área de risco não comporta nenhum programa de regularização, ou os recursos necessários para sanar o risco são superiores aos custos de remoção, poder público pode fazer o remanejamento da população. Nestes casos, é necessário que ela seja removida para uma região vizinha à área original, que tenha condições de habitabilidade (ALFONSIN, 2002, p. 127).

3.1 CONTEXTUALIZANDO A COMUNIDADE

Portanto, esse foi o caso da comunidade em estudo, diante de uma política pública de infraestrutura amparada em lei. A comunidade Saturnino de Brito, que é considerada um aglomerado subnormal, vem passando por diversas transformações no que diz respeito a reestruturação de seu espaço urbano.

Através de uma parceria entre Governo Municipal e Federal, pode-se criar um projeto de urbanização no qual toda a comunidade e seu entorno fosse beneficiada. O programa de aceleração do crescimento (PAC), criado em 2007, no segundo mandato do presidente Lula (2007-2010), promoveu a retomada do planejamento e a execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país.

Em 2011, o PAC entrou na segunda fase, com o mesmo pensamento estratégico, aprimorados pelos anos de experiência da fase anterior, havendo mais recursos e mais parcerias com estados e municípios, para a execução de obras estruturantes visando melhorar a qualidade de vida nas cidades brasileiras. Os recursos, mais de R\$ 23.000.000 de reais, serão investidos na pavimentação, drenagem, e construções de novas habitações para os moradores da comunidade Saturnino de Brito.



Figura 13 – Placa de execução da obra.
Fonte: Eder C. Rodrigues, 2014.

Na figura 13, a placa indica o início da execução das obras de infraestrutura na comunidade. A primeira etapa do projeto, foi destinada à infraestrutura e amparo social da comunidade. Essa obra tem como data prevista de início o dia 10 de março de 2013 e término dia 10 de outubro de 2014. Na parte de infraestrutura, terá como fator principal a contenção e drenagem da encosta, na qual oferece grande perigo de desmoronamento para os moradores residentes na base da encosta. A contenção será feita por um muro de arrimo que abrangerá toda a comunidade, tanto na parte de cima quanto na parte de baixo do talude.



Figura 14—Muro de contenção da encosta.
Fonte: Eder C. Rodrigues, 2014.

Nesse espaço onde foi construído o muro, havia residências construídas tanto na parte de baixo quanto na parte de cima do talude, como se observava figura 14.

Ainda inclui-se no projeto de infraestrutura, a parte de inserção de rede elétrica, esgotamento sanitário e abastecimento de água. No entanto, para se construir esta estrutura de contenção foi preciso relocar todas as famílias das 67 casas selecionadas na primeira parte do projeto. Através da SEDES (Secretaria de Desenvolvimento Social) de João Pessoa, estas famílias foram inseridas no programa de aluguel social no valor de duzentos reais, para que pudessem começar as obras. Numa avaliação feita pela SEMHAB, os 584 beneficiários abrangidos pelo projeto 39,4% possuem ensino fundamental incompleto e 17,3 % são alfabetizados. Conforme os dados obtidos, existem 37 pessoas que se declaram não alfabetizados representado um equivalente a 6,34% da população e outras 215, ou, seja 36,8 % da população recebe menos um salário mínimo.

No gráfico 1, observa-se um perfil salarial dos beneficiários da comunidade Saturnino de Brito, onde de um total de 584 indivíduos, 369 recebem igual ou mais de um salário mínimo e 215 recebem menos de um salário mínimo.

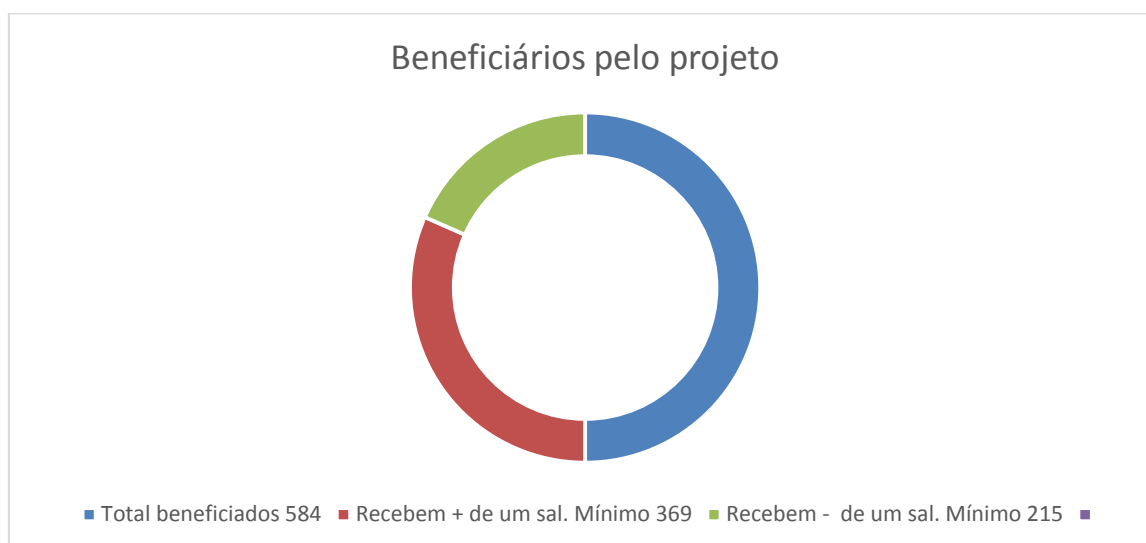


Gráfico 1 - Beneficiários pelo projeto.

Fonte: Eder C. Rodrigues, 2014.

3.2 RELOCAÇÃO DA COMUNIDADE

Preservando a identidade da comunidade com o lugar, a área escolhida para a construção das unidades habitacionais ficará próximo da atual comunidade, uma vez que,

torna-se inviável a edificação no mesmo lugar de remoção por ser área de risco e falta de espaço depois da construção do muro.

A implantação dos equipamentos urbanos deve fazer parte de uma ação mais abrangente que inclua os moradores sem diferenciá-los. Escolas e postos de saúde podem ser fixados dentro do próprio bairro. O sistema de ligação de esgoto deve ser feito visando um possível aumento da demanda, especialmente pela facilidade de integração posterior às rotinas de operação e distribuição. Assim, custos mais altos na implantação podem justificar custos muito reduzidos de operação e manutenção (ALFONSIN, *et al*, 2002).



Figura 15– Área de retirada e relocação das famílias.

Fonte: SEMHAB , JP, 2012.

O processo de elaboração do projeto e de execução das obras é também parte de processo de construção da cidadania, e por isso deve ser participativo. Além disso, as obras serão executadas como os moradores morando na área, causando muitos incômodos. É necessário que eles estejam informados e concordando com as intervenções. Portanto, segundo a SEMHAB (Secretaria Municipal de Habitação), para a elaboração do plano urbanístico foram adotados pontos que buscaram um melhor desempenho urbano ambiental do loteamento, dando condições de habilidade e conforto para os futuros moradores, como:

- o respeito à área de reserva ambiental que compõe o entorno do empreendimento;
- implantação das edificações nas macro-quadradas,

permitindo melhor distribuição das vias de pedestres e equipamentos comunitários;

- estabilização das áreas de risco com a implantação de contenções;
- relocação da comunidade para uma área próxima ao assentamento de origem;
- acessibilidade para pessoas portadoras de necessidades especiais aplicados na habitação e no urbanismo;
- ciclovia como elemento de acessibilidade para a população local.

Conforme se observa na figura 17, no projeto de urbanização e melhoria da comunidade, prevê um centro comunitário, dois centros comerciais, praças, áreas de lazer, além de uma ciclovia que conectará a região com outros pontos da cidade.



Figura 16– Planta da área de relocação.

Fonte: SEMHAB,JP, 2012.

Para produzirem resultados reais sobre a pobreza, os projetos e programas de regularização dessas áreas, devem vir acompanhados de estratégias políticas e socioeconômicas com a criação de empregos e fonte de renda. Além disso, esse programa está em consonância com a questão da preservação do meio ambiente. Na figura 17 do projeto, verifica-se na área de número 1 da legenda, uma área reservada a preservação ambiental, muito importante para qualidade de vida desses moradores, já que, sempre viveram rodeados de áreas verdes, como já observado na figura 2 desse trabalho; na área 5, vemos a construção de centros comerciais para aqueles moradores que já tinham pontos comerciais na comunidade. Já na figura 19, constará uma área de lazer, uma vez que,

atualmente na comunidade não há essas áreas para as crianças, como visto na figura 10 desse trabalho.

Na figura 18, observa-se a planta de dois tipos de apartamentos, um pessoa sem necessidades especiais; com divisão de uma cozinha, dois quartos, uma área de serviço, uma sala de jantar e um banheiro e outro com as mesmas divisões, porém, com pavimento e banheiro adaptado para necessidades especiais. Em contraste com os pequenos cômodos que compõem a maioria das residências da comunidade, onde muitas dessas residências têm apenas dois cômodos muito pequenos, nesse novo projeto de apartamentos, os moradores irão ser providos de quatro cômodos de tamanhos populares que darão mais conforto aos moradores.

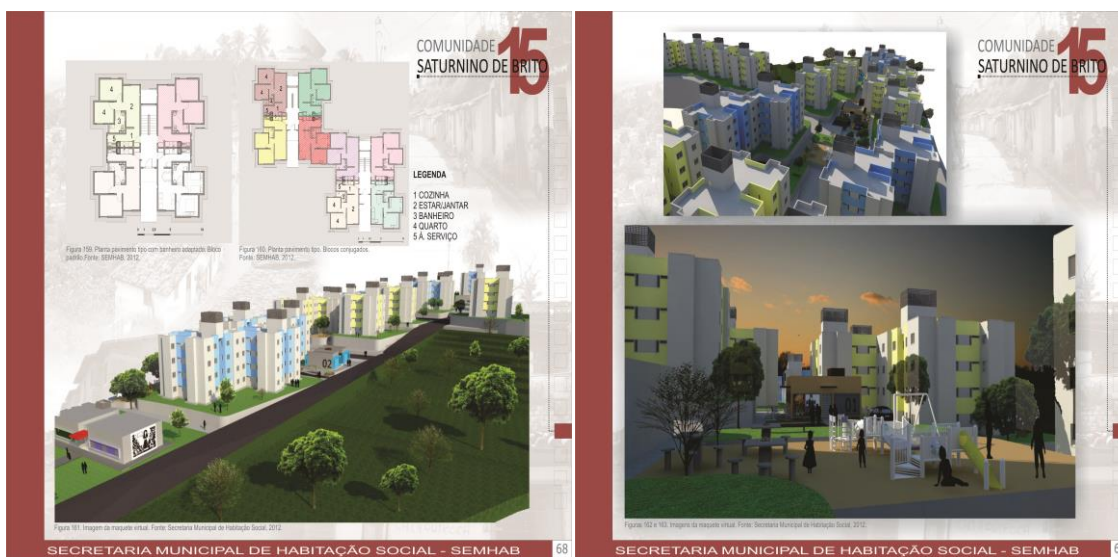


Figura 17– Planta de divisão de cômodos.
Fonte: SEMHAB, 2012.

Figura 18 – Projeção dos prédios.
Fonte: SEMHAB, 2012.

Na área atual da comunidade, será construída uma ciclovia um espaço de lazer e locomoção para os moradores e outros usuários, ligando a região a outros locais circunvizinhos. Na figura 20, observa-se uma pista de acesso também será construída na área de intervenção onde hoje é a rua de acesso a comunidade.



Figura 19– Pista de acesso construída na comunidade atual.
Fonte: SEMHAB, JP, 2012.

3.3 CONFLITOS E PERSPECTIVAS

Diversos motivos fazem com que a população da comunidade Saturnino de Brito tenha tanta fixação pela instalação nesse lugar. Um desses motivos é o fato o aglomerado está situado no centro da cidade, como diz Souza Júnior (2012, p. 78):

Esta distribuição espacial não se configura como um elemento totalmente negativo para a população mais pobre uma vez que a proximidade com o centro urbano, especialmente para exercício da atividade comercial, favorecia sua mobilidade. O problema reside, portanto, no adensamento urbano e na falta de políticas voltadas para melhoria da infraestrutura, além da ausência do fortalecimento de equipamentos urbanos que possibilitem uma melhoria na qualidade de vida do pessoense (escolas, serviços hospitalares etc.).

De acordo com entrevista feita a moradores, a questão de a comunidade ser servida de algumas estruturas próxima como: feira, hospitais, clínicas, escolas, creches, órgãos públicos, linhas de ônibus, etc., faz com que alguns moradores mesmo aqueles com condições de financiar para comprar uma residência ou alugar em área que não seja de risco, estejam instalados há tanto tempo nessa área.

Dos 584 moradores beneficiados da comunidade, os 12% relocados e inseridos no aluguel social pertenciam à parte mais crítica da área de risco e tinham as casas mais humildes, saíram sem nenhuma resistência. Porém, aqueles que têm as casas melhores com primeiro andar, estão resistindo a relocação argumentando que as futuras residências não equipara-se com as suas atualmente, haja vista que, os apartamentos previstos pelo projeto,

terão tamanho padrão . Entretanto, é pertinente ao Estado o uso de forças jurídicas caso os demais moradores não saiam, pois, eles não têm a posse legal do solo.

Outro fato é que, alguns moradores que têm mais de uma residência, sejam alugadas, sejam emprestadas aos familiares, só poderão receber apenas uma. O beneficiado com o novo imóvel será aquele que os agentes sociais cadastraram, mesmo sendo inquilino do imóvel.

Contudo, todas essas incógnitas a respeito do futuro da comunidade serão sobrepostas pelo fato de no futuro, os moradores residir em um local fora de área de risco, que por muitas vezes tirou o sono dos moradores no período de chuvas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esse trabalho, concluímos que o espaço urbano é criado e recriado através de um conjunto de elementos como; o homem, as firmas, o meio ecológico e agente como o Estado. Para isso, é necessário decompor esse espaço para entendê-lo em sua totalidade. Contudo, o espaço urbano Saturnino de Brito, é resultado de uma sequência de evoluções dos elementos que são ditados pelo interesse do sistema capitalista.

A comunidade está em processo de transição urbanística, até agora este estudo mostrou que é importante a presença do Estado para prevenir a ocupação em áreas irregulares, assim como, prover a regularização das áreas já ocupadas, toda medida de regularização requer um estudo aprofundado com participação da comunidade para evitar conflitos, que o surgimento da favela provem da necessidade de morar de pessoas com baixos rendimentos financeiros, que a ocupação em áreas de risco de deslizamentos podem causar perdas materiais e de vidas dessas pessoas que ali residem.

Contudo, entendemos que o surgimento dessa comunidade com toda sua problemática, ocorre pelo fato dela ser resultado de evoluções capitalista excludentes.

Nesse, processo de urbanização já foi realizado o cadastramento dos moradores no projeto, a remoção das residências das áreas mais críticas, a inserção dos moradores no aluguel social, e a construção do muro de contenção da encosta.

A realização desse trabalho, portanto, poderá servir de base para que os futuros pesquisadores tenham como ferramenta para impulsionar novos estudos sobre transformações urbanas em curso, pois, ainda falta, retirar todo o restante da comunidade para fazer o mesmo processo da primeira parte relocada, verificar o impacto dessas mudanças no cotidiano dos moradores e se o Estado fiscalizará a obra já concluída para evitar a construção de novos barracos no entorno do projeto.

Por fim, numa visão mais realista, o trabalho deverá ser divulgado para a comunidade, visto que, toda mudança gera resistência pelos moradores, e que nem todos estão de acordo a serem retirados de um local no qual vivem há muitos anos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALFONSIN, Betânia de Moraes. et.al. **Regularização da terra e moradia**. Ed. Stolarsk, 2002. 175 p.

CARLOS, Ana FaniAlessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A produção do espaço urbano:agentes e processos, escalas e desafios**. Ed. contexto, 2011. 234 p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; **A (Re) produção do espaço urbano**. São Paulo, ed. Universidade de São Paulo, 2008, 271 p.

COSTA, José Marcos Costa. Monografia de graduação. **Feira livre do Bairro Alto do Mateus: um aglomerado subnormal**. João Pessoa: 2008, 48 p.

CASTRO, Francisco de Paula Falcão E. **Elaboração de Monografia: como preparar e redigir projetos de pesquisa, monografias, dissertações ou teses**.Olinda, PE.Ed. Livro Rápido, 2008. 249p.

FREITAS, Carlos Geraldo Luiz de. **Planos diretores municipais integração regional estratégicos**. São Paulo: IPT, 2007, p. 184.

GUERRA, Antônio José Teixeira; MARÇAL, Mônica dos Santos. **Geomorfologia ambiental**. Ed. Bertrand Brasil, 2006,192 p.

LIMA, Thiago Almeida de. Dissertação de Mestrado.**Zonas especiais de interesse social: institucionalização da segregação sócio-espacial de João Pessoa na PB**, 2012, 178p.

NASCIMENTO, Maria Odete do.Monografia de mestrado. **Riscos de deslizamentos e inundações e condições de moradia em aglomerados subnormais na bacia do rio Sanhauá: avaliação e análise integrada**,2009. 143 p.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradias nas cidades brasileiras**. Coleção Repensando a Geografia. São Paulo: Contexto, 1988.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. Ed. Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**.São Paulo: USP, 2005.171p.

SOUZA JÚNIOR, Xisto Serafim de Santana de. **A produção do espaço urbano em João Pessoa-PB: uma analise a partir das práticas socioterritoriais dos movimentos sociais urbanos**. UFCG, 2012, 280p.

<http://www.cidades.gov.br/index.php/o-ministerio.html>.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

http://issuu.com/pmjp-online/docs/seman_mata_atlantica?e=3962434/2805617

http://pt.wikipedia.org/wiki/Defesa_civil

APÊNDICEA

ENTREVISTAS AOS MORADORES

1. HÁ QUANTO TEMPO RESIDEM NESTE LOCAL?
2. SUA CASA É PROPRIA OU ALUGADA?
3. QUANTOS CÔMODOS EXISTEM EM SUA CASA?
4. ONDE MORAM ANTES DE MORAR AQUI?
5. QUANTAS PESSOAS RESIDEM AQUI?
6. QUAL O TOTAL DA RENDA FAMILIAR?
7. POR SER ÁREA DE RISCO, VOCÊ CONSIDERA SUA CASA SEGURA?
8. POR QUAL MOTIVO VEIO MORAR AQUI?
9. VOCÊ ACEITARIA SER RELOCADA PARA UMA ÁREA MAIS SEGURA?
10. QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS PROBLEMAS DE INFRAESTRUTURA NA COMUNIDADE?

APÊNDICE B



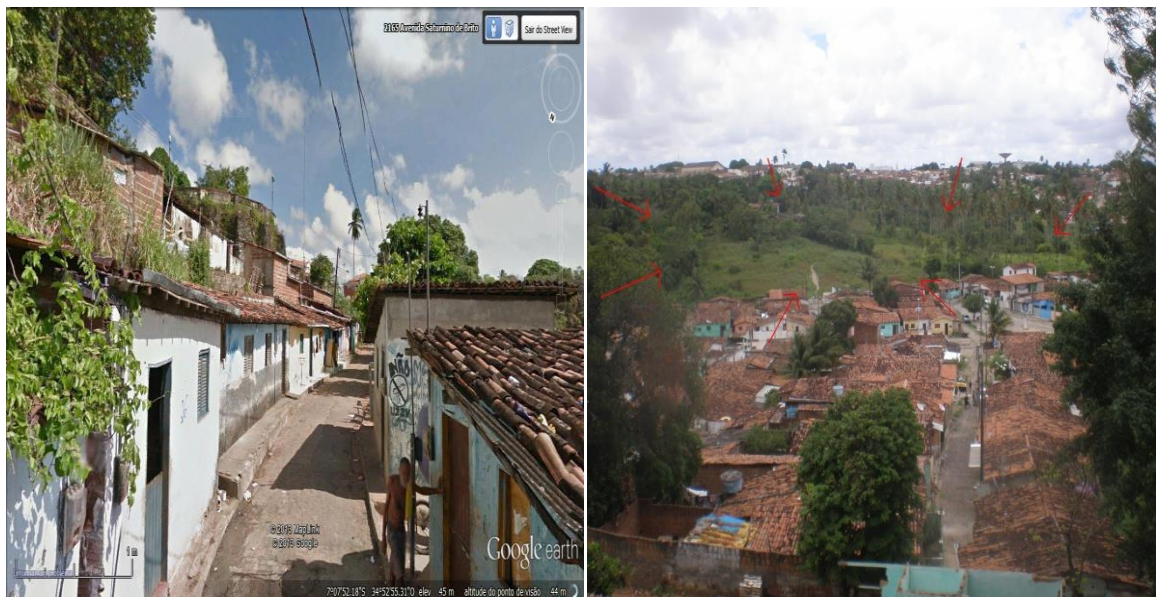
Casas demolidas

Fonte: Eder C. Rodrigues, 2013.



Casas demolidas

Fonte: Eder C. Rodrigues, 2013.



Residências antes da demolição Local de construção do projeto, setas vermelhas

Fonte: Google Earth. Fonte: Eder C. Rodrigues.



Processo de construção do muro de contenção

Fonte: Eder C. Rodrigues, 2013.

